

SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	4
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	6
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL	8
2. BASE DE PREPARAÇÃO	8
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9
4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	9
5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	10
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	10
7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	11
8. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO	12
9. INTANGÍVEL.....	12
10. FORNECEDORES	13
11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	13
12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	14
13. ENCARGOS REGULATÓRIOS	16
14. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	17
15. PROVISÕES	19
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	21
17. RECEITA	22
18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	23
19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	25
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	25
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	27
22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	33
23. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA.....	34
24. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO	34
DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO.....	35
RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS.....	48

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	681.488	503.409
Consumidores e Revendedores	4	1.563.877	1.496.609
Concessionários - Transporte de Energia		272.981	273.948
Tributos Compensáveis	5a	194.872	228.904
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	5b	300.278	245.258
Fundos Vinculados		6.387	14.048
Estoques		27.407	21.318
Contribuição de Iluminação Pública		59.449	52.258
Outros		330.976	282.109
TOTAL DO CIRCULANTE		3.437.715	3.117.861
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6	707.931	637.168
Tributos Compensáveis	5a	105.931	98.718
Depósitos Vinculados a Litígios	7	775.893	641.897
Consumidores e Revendedores	4	7.298	18.491
Créditos com Pessoas Ligadas		15.044	14.656
Outros Créditos		39.911	31.464
Ativos Financeiros - Concessão	8	2.324.991	2.387.093
Intangível	9	3.094.145	2.652.214
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		7.071.144	6.481.701
ATIVO TOTAL		10.508.859	9.599.562

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	30/06/2011	31/12/2010
CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	830.700	388.825
Debêntures	12	858.568	21.918
Fornecedores	10	751.482	770.139
Impostos, Taxas e Contribuições	11a	346.685	263.385
Imposto de renda e Contribuição Social	11b	173.198	-
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		5.823	50.842
Salários e Encargos Sociais		135.718	156.978
Encargos Regulatórios	13	241.499	304.124
Participações nos Lucros		34.261	81.641
Obrigações Pós-Emprego	14	55.047	53.579
Provisão para Perdas - Instrumentos Financeiros	21	54.562	69.271
Outras		213.036	243.826
TOTAL DO CIRCULANTE		3.700.579	2.404.528
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e Financiamentos	12	1.670.989	1.831.199
Debêntures	12	-	805.053
Provisões	15	69.980	31.749
Obrigações Pós-Emprego	14	1.333.670	1.316.001
Impostos, Taxas e Contribuições	11a	620.584	508.473
Imposto de Renda e Contribuição Social	11b	255.595	196.123
Encargos Regulatórios	13	149.987	109.066
Outras		17.109	20.471
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		4.117.914	4.818.135
TOTAL DO PASSIVO		7.818.493	7.222.663
PATRIMÔNIO LÍQUIDO ATRIBUÍDO AOS CONTROLADORES			
Capital Social	16	2.261.998	2.261.998
Reservas de Lucros		114.901	114.901
Lucros Acumulados		313.467	-
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.690.366	2.376.899
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.508.859	9.599.562

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto resultado por lote de mil ações)

	Nota	30/06/2011	30/06/2010
RECEITA	17	4.082.391	3.867.335
CUSTOS OPERACIONAIS	18		
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(1.463.718)	(1.260.373)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(318.811)	(307.202)
		<u>(1.782.529)</u>	<u>(1.567.575)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO	18		
Pessoal e Administradores		(314.410)	(327.468)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado		(20.043)	(58.525)
Materiais		(23.354)	(40.730)
Serviços de Terceiros		(248.229)	(209.560)
Amortização		(169.668)	(179.265)
Provisões Operacionais		(37.780)	(214.691)
Custo de Construção		(572.165)	(470.080)
Outras		(14.122)	(56.499)
		<u>(1.399.771)</u>	<u>(1.556.818)</u>
CUSTO TOTAL		<u>(3.182.300)</u>	<u>(3.124.393)</u>
LUCRO BRUTO		<u>900.091</u>	<u>742.942</u>
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas com Vendas		(25.346)	(37.905)
Despesas Gerais e Administrativas		(173.654)	(152.553)
Outras Despesas Operacionais		(103.293)	(50.995)
		<u>(302.293)</u>	<u>(241.453)</u>
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e dos Impostos		<u>597.798</u>	<u>501.489</u>
Resultado Financeiro Líquido	19	(122.425)	(116.260)
Resultado antes dos Impostos		<u>475.373</u>	<u>385.229</u>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	6b	(192.099)	(65.356)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6b	30.193	(61.974)
RESULTADO DO PERÍODO		<u>313.467</u>	<u>257.899</u>
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária		0,1386	0,1140
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária		0,1386	0,1140

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	2.261.998	383.126	(550.519)	2.094.605
Resultado do Período	-	-	257.899	257.899
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(51.878)	(51.878)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	2.261.998	383.126	(344.498)	2.300.626
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.261.998	114.901	-	2.376.899
Resultado do Período	-	-	313.467	313.467
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011	2.261.998	114.901	313.467	2.690.366

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	30/06/2011	30/06/2010
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Período	313.467	257.899
Despesas (Receitas) que não afetam as Disponibilidades		
Amortização	189.595	187.654
Baixas Líquidas de Intangível	2.741	9.414
Juros e Variações Monetárias - Longo Prazo	23.453	36.003
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(30.193)	61.974
Provisões para Perdas Operacionais	63.126	59.311
Obrigações Pós-emprego	89.061	34.429
	651.250	646.684
(Aumento) Redução de Ativos		
Consumidores e Revendedores	(92.614)	(49.410)
Tributos Compensáveis	26.819	(44.371)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(55.020)	-
Transporte de energia	967	16.670
Outros Ativos Circulantes	(54.486)	-
Depósitos Judiciais	(133.996)	(117.005)
Outros	2.358	26.170
	(305.972)	(167.946)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(18.657)	36.165
Tributos e Contribuição Social	387.511	208.865
Salários e Contribuições Sociais	(21.260)	(34.745)
Encargos do Consumidor a Recolher	(62.625)	(11.634)
Empréstimos e Financiamentos	28.999	(90.514)
Obrigações Pós-emprego	(69.924)	(26.636)
Perdas Instrumentos Financeiros	(14.709)	(18.229)
Outros	(40.160)	6.676
	189.175	69.948
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	534.453	548.686
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
No Intangível	(572.165)	(425.329)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(572.165)	(425.329)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Financiamentos Obtidos	427.380	615.759
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(166.570)	(121.799)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(45.019)	(80.964)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	215.791	412.996
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	178.079	536.353
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do período	503.409	246.201
No fim do período	681.488	782.554
	178.079	536.353

As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

PARA OS PERÍODOS DE 6 MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	30/06/2011		30/06/2010	
RECEITAS				
Venda de Energia e Serviços	6.263.225		5.431.911	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(25.346)		(21.154)	
	<u>6.237.879</u>		<u>5.410.757</u>	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.463.718)		(1.260.373)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(318.811)		(307.202)	
Serviços de Terceiros	(315.870)		(266.528)	
Materiais	(33.218)		(44.737)	
Outros Custos Operacionais	(621.184)		(259.779)	
	<u>(2.752.801)</u>		<u>(2.138.619)</u>	
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>3.485.078</u>		<u>3.272.138</u>	
RETENÇÕES				
Amortização	(189.595)		(187.654)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>3.295.483</u>		<u>3.084.484</u>	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Receitas Financeiras	212.161		138.296	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>3.507.644</u>		<u>3.222.780</u>	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
		%		%
Empregados	379.881	10,83	430.515	13,36
Remuneração Direta	239.213	6,82	282.331	8,76
Benefícios	115.703	3,30	108.138	3,36
FGTS	20.657	0,59	20.762	0,64
Outros	4.308	0,12	19.284	0,60
Impostos, Taxas e Contribuições	2.450.370	69,86	2.265.162	70,29
Federais	1.295.278	36,93	1.152.291	35,75
Estaduais	1.152.954	32,87	1.111.041	34,47
Municipais	2.138	0,06	1.830	0,06
Remuneração de Capitais de Terceiros	363.926	10,38	269.204	8,35
Juros	334.586	9,54	254.558	7,90
Aluguéis	29.340	0,84	14.646	0,45
Remuneração de Capital Próprio	313.467	8,94	257.899	8,00
Juros Sobre Capital Próprio	-	-	68.481	2,12
Lucros Retidos	313.467	8,94	189.418	5,88
	<u>3.507.644</u>	<u>100,00</u>	<u>3.222.780</u>	<u>100,00</u>

As notas explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 30 DE JUNHO DE 2011

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Distribuição S.A. (“Companhia” ou “Cemig Distribuição”) é uma sociedade anônima de capital aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG (“CEMIG”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da CEMIG. Suas ações não são negociadas em Bolsa de Valores.

A Companhia tem como área de concessão 567.478 Km², aproximadamente 97% do Estado de Minas Gerais, atendendo a 6.946.974 consumidores em 30 de junho de 2011.

A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

Apresentação das Informações Trimestrais

As Informações Contábeis Intermediárias para os períodos findos em 30 de junho de 2011 e 30 de junho de 2010, bem como as demonstrações contábeis para o exercício fim em 31 de dezembro de 2010 foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

Estas Informações Trimestrais - ITRs foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis anuais em 31 de dezembro de 2010. Dessa forma, estas ITRs devem ser lidas, em conjunto, com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pela Diretoria Executiva em 16 de março de 2011 e arquivadas na CVM em 29 de março de 2011.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	30/06/2011	31/12/2010
Contas Bancárias	25.110	47.768
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	647.553	452.955
Letras Financeiras do Tesouro	2.415	713
Letras do Tesouro Nacional	583	-
Outras	5.827	1.973
	656.378	455.641
	681.488	503.409

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em Instituições Financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil, a preços e condições de mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB, pré ou pós-fixados, e os Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 100% a 110%) conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa 21.

4. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2011	31/12/2010
Residencial	459.105	165.214	96.516	720.835	655.288
Industrial	129.486	24.565	217.122	371.173	406.432
Comércio, Serviços e Outras	214.402	44.799	85.368	344.569	328.717
Rural	72.172	18.199	23.421	113.792	99.161
Poder Público	58.306	4.103	30.587	92.996	87.584
Iluminação Pública	50.532	2.185	25.024	77.741	71.583
Serviço Público	44.778	3.384	49.567	97.729	104.132
Subtotal – Consumidores	1.028.781	262.449	527.605	1.818.835	1.752.897
Suprimento a Outras Concessionárias	-	1.167	879	2.046	917
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(249.706)	(249.706)	(238.714)
	1.028.781	263.616	278.778	1.571.175	1.515.100
Ativo Circulante				1.563.877	1.496.609
Ativo Não Circulante				7.298	18.491

A Companhia constitui a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa através de uma análise individual do saldo dos clientes, sendo considerado o histórico de inadimplência, negociações em andamento e existência de garantias reais.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 21.

5. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

a) Tributos Compensáveis	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS a Recuperar	159.328	145.528
COFINS	28.157	67.748
PASEP	6.113	14.704
Outros	1.274	924
	194.872	228.904
Não Circulante		
ICMS a Recuperar	52.278	46.714
COFINS	44.082	42.728
PASEP	9.571	9.276
	105.931	98.718
	300.803	327.622
b) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	204.288	160.684
Contribuição Social	95.990	84.574
	300.278	245.258

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2011 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2011, registrados na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar.

Os créditos de ICMS a recuperar, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses. A transferência para curto prazo foi feita de acordo com a previsão de realização até junho de 2012.

Os créditos de PASEP/COFINS a recuperar Não Circulante, são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos:

A Companhia possui Créditos Tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00%, e de Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	30/06/2010	31/12/2010
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias		
Obrigações Pós-Emprego	259.342	252.376
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	92.761	89.023
Provisões	23.793	10.795
Instrumentos Financeiros	42.348	33.043
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	148.585	122.309
Ativos Regulatórios - CVA	-	6.541
Taxa de Administração	9.038	9.150
Variação Cambial	90.198	89.372
Outros	41.866	24.559
	707.931	637.168

(1) Referente ao Imposto de Renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2011, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores da Companhia referente à projeção de lucratividade futura ajustada a valor presente que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 30 de junho de 2011, conforme abaixo:

	30/06/2011
2011	272.441
2012	112.219
2013	107.757
2014	107.757
2015	107.757
	707.931

b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e da Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	30/06/2011	30/06/2010
Resultado antes dos Impostos	475.373	385.229
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Nominal	(161.627)	(130.978)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:		
Participação dos Empregados no Resultado	-	19.899
Incentivos Fiscais	3.903	212
Juros sobre Capital Próprio	-	17.639
Contribuições e Doações Indedutíveis	(1.133)	(1.235)
Créditos Fiscais não Reconhecidos	153	1.005
Outros	(3.202)	(33.872)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Despesa Efetiva	(161.906)	(127.330)
Alíquota efetiva	34,06%	33,05%
Corrente	(192.099)	(65.356)
Diferido	30.193	(61.974)

7. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios relativos a obrigações fiscais, trabalhistas e outros estão demonstrados na tabela a seguir:

	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhista	124.933	119.622
Obrigações Fiscais		
Imposto de Renda sob Juros Sobre Capital Próprio	5.700	5.700
PIS/COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo	576.460	472.678
Outros	432	332
Outros	68.368	43.565
	775.893	641.897

Os saldos de depósitos judiciais relativos a PASEP/COFINS possuem provisão correspondente a obrigação a pagar na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 11.

8. ATIVOS FINANCEIROS - CONCESSÃO

Os contratos de concessão de distribuição da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões, e referem-se a infraestrutura investida nas concessões que serão objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Segue abaixo a mutação do ativo financeiro da concessão:

Ativos Financeiros - Concessão	Saldos
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.387.093
Adições (*)	191.896
Baixas	-
Transferências entre Ativo Intangível e Financeiro	(253.998)
Saldo em 30 de junho de 2011	2.324.991

(*) Adições de obrigações Especiais

9. INTANGÍVEL

a) Composição de saldo em 30 de junho de 2011

	30/06/2011			31/12/2010
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Ativos da Concessão	7.732.409	(5.632.319)	2.100.090	2.059.271
(-) Obrigações especiais	(1.014.631)	401.177	(613.454)	(905.066)
Ativos da Concessão Líquidos	6.717.778	(5.231.142)	1.486.636	1.154.205
Intangível em Curso	1.607.509	-	1.607.509	1.498.009
	8.325.287	(5.231.142)	3.094.145	2.652.214

b) Mutação do ativo intangível em 30 de junho de 2011

	Saldo em 31/12/2010	Adições	Transferências Intangível X Financeiro	Baixas	Amortização	Saldo em 30/06/2011
Ativos da Concessão	2.059.271	45.700	253.998	(2.537)	(256.342)	2.100.090
(-) Obrigações especiais	(905.066)	225.069	-	-	66.543	(613.454)
Ativos da concessão líquidos	1.154.205	270.769	253.998	(2.537)	(189.799)	1.486.636
Intangível em Curso	1.498.009	109.500	-	-	-	1.607.509
	2.652.214	380.269	253.998	(2.537)	(189.799)	3.094.145

O Ativo Intangível é composto pelos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como softwares, direito de exploração de concessões, servidão de passagem e pelo direito de exploração da concessão originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 – Contratos de Concessão). De acordo com o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica, o Ativo Intangível corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura da concessão.

A vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição é estabelecida pela agência reguladora ANEEL para efeitos de determinação da tarifa, essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa adequada para efeitos contábeis e regulatórios representando a melhor estimativa de vida útil dos bens. A ANEEL também é responsável pela apuração do valor da indenização no vencimento da concessão.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida, amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ReN ANEEL nº367/09 ou pelo prazo de concessão.

Os itens que compõem a infraestrutura são vinculados diretamente à operação da Companhia não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

10. FORNECEDORES

	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica -		
Eletrobrás – Energia de Itaipu	120.413	128.840
Furnas	11.511	26.847
CCEE	76.836	99.924
Cemig Geração e Transmissão	28.844	28.145
Cemig Capim Branco Energia	7.065	7.318
CHESF – Cia. Hidroelétrica do São Francisco	6.455	10.548
CESP – Cia. Energética de São Paulo	4.687	4.852
CEEE – Cia. Estadual de Energia Elétrica	9.973	11.739
Ponte de Pedra Energética	-	12.389
RTE conf. Res. ANEEL 387/09	1.367	1.367
Outros Geradores e Distribuidores	292.655	244.023
	<u>559.806</u>	<u>575.992</u>
Materiais e Serviços	191.676	194.147
	<u>751.482</u>	<u>770.139</u>

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
ICMS	252.892	217.203
COFINS	56.489	16.602
PASEP	12.258	3.599
INSS	13.175	16.177
Outros	11.871	9.804
	<u>346.685</u>	<u>263.385</u>
Não Circulante		
COFINS	509.885	417.772
PASEP	110.699	90.701
	<u>620.584</u>	<u>508.473</u>
	<u>967.269</u>	<u>771.858</u>

As Obrigações Não Circulantes de PASEP/COFINS referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos

últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social	30/06/2011	31/12/2010
Circulante		
Imposto de Renda	135.534	-
Contribuição Social	37.664	-
	173.198	-
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	187.937	144.208
Contribuição Social	67.658	51.915
	255.595	196.123
	428.793	196.123

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial e *Hedge*) pelo Regime de Caixa, que são devidos à medida da realização, pelo pagamento ou resgate, além dos ajustes dos Instrumentos Financeiros ao mercado, e ajuste ao valor presente, a serem revertidos, também, à medida que são realizados.

As demais obrigações a pagar com Imposto de Renda e Contribuição Social registradas no circulante serão compensadas com as antecipações constantes do Ativo, na rubrica de Imposto de Renda e Contribuição Social à Recuperar.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	30/06/2011						31/12/2010
	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Bank - N. (2)	2013	6,00	USD	39.093	-	39.093	62.597
Banco do Brasil S.A. - Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	USD	8.203	35.563	43.766	51.035
KFW	2016	4,5	EUR	1.495	6.728	8.223	8.817
Dívida em Moeda Estrangeira				48.791	42.291	91.082	122.449
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	5.655	6.864	12.519	15.876
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	1.965	96.000	97.965	103.067
Banco do Brasil S.A.	2014	104,1 do CDI	R\$	306.650	-	306.650	305.947
Banco do Brasil S.A (4)	2013	10,83 *	R\$	75.374	600.000	675.374	633.616
Banco do Brasil S.A (4)	2013	11,58 **	R\$	(4.082)	(4.311)	(8.393)	(3.122)
Banco do Brasil S.A	2012	109,8 do CDI	R\$	50.953	97.889	148.842	148.671
Banco do Brasil S.A (4)	2014	98,5 do CDI *	R\$	8.774	410.000	418.774	-
Banco do Brasil S.A (4)	2014	0,64 ***	R\$	(2.594)	(4.598)	(7.192)	-
Banco Itaú – BBA	2013	CDI + 1,70	R\$	83.046	-	83.046	104.694
Banco Itaú – BBA	2014	CDI + 1,70	R\$	2.770	-	2.770	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	59.256	-	59.256	74.615
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	64.306	72.276	136.582	191.491
Debêntures (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	510.731	-	510.731	472.333
Debêntures (3)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	347.837	-	347.837	354.638
ELETROBRÁS	2023	UFIR + 6,00 a 8,00	R\$	60.494	298.091	358.585	373.365
Grandes Consumidores	2011	Diversas	R\$	3.738	2.443	6.181	5.891
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	26.625	-	26.625	37.672
UNIBANCO S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	38.979	54.044	93.023	101.917
Dívida em Moeda Nacional				1.640.477	1.628.698	3.269.175	2.924.546
Total Geral				1.689.268	1.670.989	3.360.257	3.046.995

(1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; *libor* semestral mais *spread* de 0,81 a 0,88 % ao ano.

(2) Foram contratados “swaps” com troca de taxa. Seguem as taxas dos Empréstimos e Financiamentos considerando os swaps: CDI + 1,50% a.a.

- (3) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.
- (4) Contratos com taxas e valores ajustados de acordo com CPC 08
- *Taxa Contratual.
 - ** Taxa interna de retorno, incluindo o custo de transação.
 - *** Taxa equivalente

A composição dos empréstimos por moeda e indexador, com a respectiva amortização, é como segue:

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte - Americano	4.571	24.955	23.002	1.744	-	-	-	28.587	82.859
Euro	748	1.495	1.495	1.495	1.495	1.495	-	-	8.223
	5.319	26.450	24.497	3.239	1.495	1.495	-	28.587	91.082
Indexadores									
Índice Preço ao Consumidor Amplo - IPCA	20.681	-	-	-	163.350	163.350	163.350	-	510.731
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	2.745	-	-	345.092	-	-	-	-	347.837
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	32.983	62.479	56.835	55.513	47.159	35.920	27.663	40.033	358.585
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	142.407	362.880	468.380	405.193	-	-	-	-	1.378.861
Sem Indexador	73.439	(4.575)	598.117	-	-	-	-	-	666.981
Outros	3.360	439	474	852	426	210	210	210	6.180
	275.615	421.223	1.123.806	806.650	210.935	199.480	191.223	40.243	3.269.175
	280.934	447.673	1.148.303	809.889	212.430	200.975	191.223	68.830	3.360.257

As principais moedas e indexadores, utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos, tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2011 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2011 %
Dólar Norte-americano	(6,31)	IGP-M	3,15
Euro	1,74	FINEL	0,62
		IPCA	3,87
		CDI	5,52

A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.046.995
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	427.380
Variação Monetária e Cambial	23.453
Encargos Financeiros Provisionados	171.616
Encargos Capitalizados	6
Encargos Financeiros Pagos	(136.618)
Amortização de Financiamentos	(166.570)
Custo de Transação CPC 08	(7.694)
Amortização Custo Transação	1.689
Saldo em 30 de junho de 2011	3.360.257

Novas Captações

Em 20 de abril de 2011, a Companhia captou, junto ao Banco do Brasil, R\$410.000, representados por uma Cédula de Crédito Comercial no valor de R\$210.000, garantida por duplicatas escriturais de emissão própria, e, uma Nota de Crédito Comercial no valor de R\$200.000, com aval de sua controladora, a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG. O recurso captado será utilizado no reforço do capital de giro e rolagem de dívidas da Companhia e serão liquidados até 2014. O montante captado por meio de cédula de crédito será liquidado em duas parcelas, sendo a primeira em 09 de abril de 2013 e a segunda em 04 de abril de 2014. O montante captado por meio de nota de crédito será liquidado, em parcela única, em 04 de abril de 2014.

Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

Cláusulas Contratuais Restritivas – Covenants

A Companhia possui contratos de Empréstimos e Financiamentos com as seguintes Cláusulas Restritivas (“Covenants”):

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/EBITDA;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/EBITDA	Menor ou igual a 3,25
Dívida Circulante/EBITDA	Menor ou igual a 90%
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%
EBITDA/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
EBITDA/Juros	Maior ou igual a 3,0
EBITDA/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%

Dívida Líquida = Dívida total menos Saldo de Caixa e menos Títulos Negociáveis

EBITDA = Lucro antes dos Juros, Impostos (sobre o lucro), Depreciações e Amortizações. Em alguns contratos, são estabelecidos critérios específicos de cálculo do EBITDA, com algumas variações em relação à fórmula mencionada.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia não atendeu às cláusulas restritivas mencionadas abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido	Posição em 30/06/2011
Dívida / (Patrimônio Líquido + Dívida)	Menor ou igual a 53%	56%
Investimento/EBITDA	Menor ou igual a 60%	71%

Os consentimentos de que os credores não irão exercer o direito de exigir o pagamento, imediato ou antecipado, foram obtidos em datas posteriores a 30 de junho de 2011, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Circulante.

Em 12 de agosto de 2011 a Companhia obteve o consentimento formal (“waiver”) dos credores, de que não irão exigir o vencimento antecipado da obrigação.

13. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	30/06/2011	31/12/2010
Reserva Global de Reversão – RGR	34.634	29.330
Quota para Conta de Consumo de Combustível – CCC	50.887	40.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	32.674	28.385
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	1.800	1.697
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	2.414	2.124
Eficiência Energética	137.588	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	94.971	102.701
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.207	1.062
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	-	14.477
Encargos de Capacidade Emergencial	30.531	31.049
Adicional 0,30% da Lei 12.111/09	3.573	3.128
	391.486	413.190
Passivo Circulante	241.499	304.124
Passivo Não Circulante	149.987	109.066

14. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – FORLUZ, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A FORLUZ disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente a cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig Distribuição mantém ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela FORLUZ, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela CEMIG Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Informações Trimestrais

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Saúde, Plano Odontológico, Seguro de Vida e Pensão de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2010.

Encontra-se reconhecida, em 30 de junho de 2011, uma obrigação a pagar pela Companhia referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$627.151 e está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da FORLUZ, os valores passaram a ser reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida, contra patrimônio líquido na data de transição estando os impactos referentes a atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	628.500	403.947	21.972	315.161	1.369.580
Despesa (Receita) Reconhecida no Resultado	45.397	24.626	486	18.552	89.061
Contribuições Pagas	(46.746)	(18.302)	(290)	(4.586)	(69.924)
Passivo Líquido em 30 de junho de 2011	627.151	410.271	22.168	329.127	1.388.717
Passivo Circulante					55.047
Passivo Não Circulante					1.333.670

15. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para contingências das ações cuja expectativa de perda foi considerada mais provável que sim do que não que exista uma obrigação presente na data do balanço conforme segue:

	Saldo em 31/12/2010	Adições (-) Reversões	Saldo em 30/06/2011
Trabalhistas			
Diversos	11.995	4.577	16.572
Cíveis			
Danos Pessoais	4.314	7.861	12.175
Majoração Tarifária	1.167	90	1.257
Outras	14.273	7.586	21.859
Regulatórios			
Processos Administrativos da ANEEL	-	18.117	18.117
Total	31.749	38.231	69.980

Majoração Tarifária

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a CEMIG, controladora da Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano. O valor da contingência é de R\$1.257 e corresponde à perda potencial da Companhia nessa matéria.

Processos Administrativos da ANEEL

A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, por meio da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade-SFE, autuou a Companhia em função do descumprimento de limites dos indicadores coletivos de continuidade do fornecimento de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$18.117 e corresponde à perda potencial da Companhia nessa matéria.

Ações cuja expectativa de perda é considerada menos provável que sim do que não que exista uma obrigação presente em 30 de junho de 2011

Obrigações Previdenciárias e Fiscais – Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$127.058, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que

essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou um mandado de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, no montante de R\$87.268, registrados na conta de Depósitos Vinculados a Litígios.

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente e, ainda, foi fixada multa diária de R\$1 mil no caso de descumprimento da decisão. Contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$116.940.

Contribuições à Seguridade Social

A Secretaria da Receita Federal emitiu Auto de Infração exigindo contribuições destinadas à Seguridade Social, relativas aos exercícios de 2005 e 2006, no valor de R\$171.459. Desse montante, os principais valores referem-se à glosa da Receita Federal de Salário “in natura” Alimentação, sem inscrição no PAT, uma vez que, em virtude da desverticalização da Companhia, a Receita Federal entende que a Cemig deveria ter inscrito as empresas desverticalizadas no PAT em 2005, o que só ocorreu em 2008, e às PLRs nos períodos de 2005 e 2006, pagas sob definição de metas e indicadores corporativos, não declarados na GFIP.

Não recolhimento de ICMS incidente sobre a TUSD

A Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais emitiu Auto de Infração exigindo o recolhimento do ICMS incidente sobre às parcelas que compõem a TUSD faturadas no período de agosto de 2005 a setembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida. O valor da contingência é de R\$170.943.

Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, no montante de R\$172.333, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente – AMPROCOM impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão

periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$998.042.

Irregularidades na Medição do Consumo e/ou Cobranças Indevidas

Diversos consumidores solicitam a revisão na medição do consumo, o cancelamento de cobranças indevidas, a devolução, em dobro, dos valores pagos indevidamente e o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica. O valor, estimado, da contingência é de R\$58.434.

Contingências da Controladora

A CEMIG, controladora da Companhia, discute em juízo ações para as quais considera ser mais provável que não exista uma obrigação presente na data do balanço. Um eventual desfecho negativo nessas causas pode vir a impactar os negócios da Companhia. As principais causas que têm esta característica estão descritas a seguir:

- Diversos consumidores e o promotor público do Estado de Minas Gerais ajuizaram ações cíveis contra a CEMIG, no valor aproximado de R\$5.150, contestando reajustes tarifários aplicados em exercícios anteriores, incluindo recomposição tarifária extraordinária e índice inflacionário utilizado para aumentar a tarifa de energia elétrica em abril de 2003. Foi solicitado o reembolso em dobro dos montantes que eventualmente venham a ser considerados como cobrados erroneamente pela Companhia. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para estas ações.
- A CEMIG é ré em processos questionando os critérios de medição dos valores a serem cobrados referente à contribuição de iluminação pública, no valor total aproximado de R\$674.939. A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 30 de junho de 2011, o Capital Social da Companhia é de R\$2.261.998, representado por 2.261.997.787 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

Foi aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, realizada em 29 de abril de 2011, a utilização do lucro do exercício e de reservas de lucros para compensação de prejuízos acumulados decorrentes da adoção das Normas Internacionais de

Contabilidade. Para a compensação, foi utilizado todo o lucro do exercício, no montante de R\$441.002, e parte das reservas de lucros no montante de R\$268.225.

17. RECEITA

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	30/06/2011	30/06/2010
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	4.772.799	4.631.368
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	893.198	760.941
Receita de Construção	572.165	470.080
Outras Receitas Operacionais	46.280	39.602
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas acima	(2.202.051)	(2.034.656)
	4.082.391	3.867.335

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (**)		R\$	
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010
Residencial	4.268.700	4.044.616	2.040.145	1.955.715
Industrial	2.414.026	2.272.619	803.768	822.966
Comércio, Serviços e Outros	2.614.405	2.424.449	1.090.028	1.080.394
Rural	1.141.364	1.106.170	314.054	293.642
Poder Público	402.198	376.221	163.824	162.534
Iluminação Pública	578.224	531.386	147.305	137.727
Serviço Público	565.999	548.738	156.984	160.980
Subtotal	11.984.916	11.304.199	4.716.108	4.613.958
Consumo Próprio	18.206	18.543	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda (*)	-	-	45.025	67.067
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	(7.967)	(54.721)
	12.003.122	11.322.742	4.753.166	4.626.304
Transações com Energia na CCEE (***)	232.232	946.318	19.633	5.064
Total	12.235.354	12.269.060	4.772.799	4.631.368

(*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela ELETROBRÁS.

(**) Informação não revisada pelos Auditores Independentes

(***) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda

Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Companhia estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada por meio da Cemig Geração e Transmissão. Dessa forma, os encargos, referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente, pela Companhia, com o registro na rubrica de “Receita de Uso da Rede”.

Outras Receitas Operacionais

	30/06/2011	30/06/2010
Serviço Taxado	7.501	7.360
Outras Prestações de Serviços	8.864	5.621
Aluguel e Arrendamento	29.315	26.218
Outras	600	403
	46.280	39.602

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	30/6/2011	30/6/2010
Impostos sobre a Receita:		
ICMS	1.136.260	1.081.831
COFINS	438.842	410.930
PIS-PASEP	95.275	98.263
ISSQN	321	238
	1.670.698	1.591.262
Encargos do Consumidor:		
Reserva Global de Reversão - RGR	29.354	25.462
Programa de Eficiência Energética - PEE	16.153	19.130
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	196.047	170.210
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	263.943	192.034
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	6.461	7.641
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	6.461	7.641
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	3.231	3.821
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	9.703	17.455
	531.353	443.394
	2.202.051	2.034.656

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	30/06/2011	30/06/2010
Pessoal (a)	369.290	388.212
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	20.043	58.525
Obrigações Pós-emprego (Nota 14)	43.665	34.429
Materiais	33.218	44.737
Serviços de Terceiros (b)	315.870	266.528
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	1.463.718	1.260.373
Amortização	189.595	187.654
Provisões Operacionais (d)	63.126	233.947
Custo de Construção	572.165	470.080
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	318.811	307.203
Outras Despesas Líquidas (e)	95.092	114.158
	3.484.593	3.365.846

a) Despesa com Pessoal	30/06/2011	30/06/2010
Remunerações e Encargos	334.160	336.755
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria - Plano de Contribuição Definida	21.441	21.811
Benefícios Assistenciais	46.707	46.129
	402.308	404.695
(-) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(37.325)	(35.768)
Programa Prêmio de Desligamento - PPD	4.307	-
Programa de Desligamento Voluntário - PDV	-	19.285
	369.290	388.212

b) Serviços de Terceiros	30/06/2011	30/06/2010
Agentes Arrecadadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	70.075	63.545
Comunicação	34.971	26.839
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	71.642	65.894
Conservação e Limpeza de Prédios	18.780	11.836
Conservação e Limpeza de Faixa, Estradas e Aceiros	15.441	8.791
Mão de Obra Contratada	22.136	22.469
Fretes e Passagens	2.346	2.415
Hospedagem e Alimentação	7.225	7.145
Vigilância	3.869	3.342
Consultoria	1.164	629
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	17.906	11.869
Manutenção e Conservação de Veículos	11.010	9.483
Corte e Religação	13.956	14.047
Outros	25.349	18.224
	315.870	266.528

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	30/06/2011	30/06/2010
Energia de Itaipu Binacional	367.397	408.867
Energia de Curto Prazo	143.195	71.484
Contatos Bilaterais	123.585	116.716
Energia adquirida em Leilão	879.734	712.773
PROINFA	86.860	86.377
Créditos de PASEP/COFINS	(137.053)	(135.844)
	1.463.718	1.260.373

d) Provisões Operacionais	30/06/2011	30/06/2010
Prêmio de Aposentadoria	(450)	(2.956)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	25.346	21.154
Contingências Trabalhistas	4.577	1.203
Provisão para Processos Administrativos da ANEEL	18.117	10.210
Provisão para Ações Cíveis - Majoração Tarifária	91	177.930
Outras provisões	15.445	26.406
	63.126	233.947

e) Outras Despesas Líquidas	30/06/2011	30/06/2010
Arrendamentos e Aluguéis	29.340	14.646
Propaganda e Publicidade	7.114	16.912
Consumo Próprio de Energia Elétrica	11.646	5.782
Subvenções e Doações	6.063	6.239
Taxa de Fiscalização da ANEEL	10.490	11.473
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	7.814	7.374
Contribuições ao MAE	1.486	1.128
Seguros	1.132	1.815
Taxa de Fiscalização - TFDR	14.991	27.114
Outras	5.016	21.675
	95.092	114.158

19. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	30/06/2011	30/06/2010
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de Aplicação Financeira	28.128	17.376
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	59.879	56.222
Variações Cambiais	15.881	15.854
Variação Monetária	23.313	43.125
Outras	9.382	5.719
	<u>136.583</u>	<u>138.296</u>
DESPESAS FINANCEIRAS		
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(137.643)	(114.567)
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(45.396)	(41.387)
Variações Cambiais	(2.628)	(24.036)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(30.202)	(32.452)
Perdas líquidas com Instrumentos Financeiros (nota 21)	(12.657)	(4.097)
Variação Monetária P&D e PEE	(12.809)	(9.860)
Outras	(17.673)	(28.157)
	<u>(259.008)</u>	<u>(254.556)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>(122.425)</u>	<u>(116.260)</u>

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº1, a Companhia é uma subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	31/12/2010	30/6/2011	30/6/2010	30/6/2011	30/6/2010
CEMIG								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	4.881	4.992	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	5.842	50.842	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	4.097	3.782	-	-	-	-	-	-
Cemig Geração e Transmissão S.A.								
Circulante								
Coligadas e Controladora	-	-	2	247	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (1)	3.607	3.368	28.844	28.145	23.684	42.280	(124.227)	(142.979)
Outros	-	-	585	563	-	-	-	-
Não Circulante								
Coligadas e Controladora	10.822	10.761	-	-	-	-	-	-
Light								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	-	697	162	-	-	(2.702)	(1.996)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (4)	6.676	8.619	-	-	43.150	41.843	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições – ICMS (5)	159.328	145.528	252.892	217.203	(1.136.260)	(1.081.831)	-	-
Consumidores e Revendedores (2)	30.555	39.893	-	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Tributos Compensáveis - ICMS (5)	52.278	46.714	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (3)	-	-	55.047	53.579	-	-	(43.665)	(51.804)
Despesa com pessoal (6)	-	-	-	-	-	-	(21.441)	(21.811)
Custeio Administrativo (7)	-	-	-	-	-	-	(4.567)	(5.452)
Outros	-	-	15.179	45.798	-	-	-	-
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (3)	-	-	1.333.670	1.316.001	-	-	-	-
Andrade Gutierrez SA								
Circulante								
Programa Luz para todos	-	3.352	1.208	-	-	-	-	-
Não Circulante								
Programa Luz para todos	-	2.567	233	-	-	-	-	-
OUTROS								
Circulante								
Coligadas e Controladas ou Controladores	125	113	-	-	-	-	-	-
Operações com Energia Elétrica (1)	746	-	9.217	-	6.012	-	(48.465)	-
Outros	68	-	927	-	-	-	-	-

As principais condições relativas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas abaixo:

- (1) A Companhia possui contratos de compra de energia da Cemig Geração e Transmissão S.A. e Light S.A., decorrentes do leilão público de energia, ocorrido em 2005, com vigência de 8 anos a partir do início do fornecimento e correção anual pelo IGP-M. Essas operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, tendo em vista que a compra da energia foi feita por meio de leilão organizado pelo Governo Federal que definiu, posteriormente, os contratos que deveriam ser assinados entre Distribuidores e Geradores.
- (2) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a COPASA, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.
- (3) Os contratos da FORLUZ são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, (Vide Nota Explicativa nº 14) e serão amortizados até o exercício de 2024.
- (4) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL por meio de Resolução referente ao Reajuste Tarifário anual da Companhia.
- (5) As operações com ICMS registradas nas Informações Trimestrais referem-se às operações de venda de energia e créditos de aquisição de Ativo Imobilizado e são realizadas em conformidade com a Legislação específica do Estado de Minas Gerais.
- (6) Contribuições da CEMIG para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 14), calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade com o regulamento do Fundo.
- (7) Recursos para o Custeio Administrativo Anual do Fundo de Pensão, em conformidade com a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e “swaps” de moedas, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nessa categoria as Aplicações Financeiras e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nessa categoria, os Créditos com Consumidores e Revendedores. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos, Caixa e Equivalentes de Caixa; e
- Passivos Financeiros mensurados pelo custo amortizado: são os Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures, mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da Taxa de Juros Efetiva.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	30/06/2011		31/12/2010	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Caixa e Depósitos Bancários	25.110	25.110	47.768	47.768
Consumidores e Revendedores	1.844.156	1.844.156	1.789.048	1.789.048
Fundos Vinculados	6.387	6.387	14.048	14.048
Ativos Financeiros - Concessão	2.324.991	2.324.991	2.387.093	2.387.093
Créditos com Controladas	15.044	15.044	14.656	14.656
	<u>4.215.688</u>	<u>4.215.688</u>	<u>4.252.613</u>	<u>4.252.613</u>
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Equivalentes de Caixa	656.378	656.378	455.641	455.641
Passivos financeiros:				
Avaliados ao custo amortizado (Empréstimos e Recebíveis):				
Fornecedores	751.482	751.482	770.139	770.139
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	3.360.257	3.360.257	3.046.995	3.046.995
	<u>4.111.739</u>	<u>4.111.739</u>	<u>3.817.134</u>	<u>3.817.134</u>
Valor justo por meio de resultado:				
Contrato de Swap	54.562	54.562	69.271	69.271
	<u>9.038.367</u>	<u>9.038.367</u>	<u>8.594.659</u>	<u>8.594.659</u>

a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o risco financeiro de operações que possam comprometer a Liquidez e a Rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (hedge) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente à cotação do dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no Resultado e no Fluxo de Caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Companhia às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 30 de junho de 2011, operações contratadas de hedge, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida às taxas de câmbio é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	30/06/2011	31/12/2010
Dólar Norte-Americano		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	82.859	113.632
Operações contratadas de hedge/swap	(27.698)	(45.425)
	<u>55.161</u>	<u>68.207</u>
Euro		
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	8.223	8.817
Passivo Líquido Exposto	<u>63.384</u>	<u>77.024</u>

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável, a apreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 30 de junho de 2012 será de 6,78% para o Dólar (R\$1,667) e -4,22% para o Euro (R\$2,171). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 30/06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	82.859	88.480	103.574	124.289
(-) Operações Contratadas de Hedge/swap	(27.698)	(29.577)	(34.623)	(41.547)
	<u>55.161</u>	<u>58.903</u>	<u>68.951</u>	<u>82.742</u>
Euro				
Empréstimos e Financiamentos <i>(nota 12)</i>	8.223	7.876	10.279	12.335
	<u>63.384</u>	<u>66.779</u>	<u>79.230</u>	<u>95.077</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>63.384</u>	<u>66.779</u>	<u>79.230</u>	<u>95.077</u>
Efeito Líquido da Variação Cambial		<u>(3.394)</u>	<u>(15.846)</u>	<u>(31.693)</u>

Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, em 30 de junho de 2011. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Cemig às Taxas de Juros Nacionais	30/06/2011	31/12/2010
Ativos		
Equivalente de Caixa - Aplicações Financeiras (nota 3)	656.378	455.641
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos (nota 12)	(1.378.861)	(1.087.827)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(27.698)	(45.425)
	(2.006.559)	(1.133.252)
Passivo Líquido Exposto	(1.350.181)	(677.611)

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 30 de junho de 2012 será de 13%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	Cenário Base SELIC 12,25%	Cenário Provável SELIC 13%	Cenário Possível SELIC 16,25%	Cenário Remoto SELIC 19,5%
Ativos				
Aplicações Financeiras (nota 3)	656.378	741.707	763.039	784.372
Passivos				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (nota 12)	(1.378.861)	(1.558.113)	(1.602.926)	(1.647.739)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Juros)	(600.000)	(674.880)	(693.600)	(712.320)
Operações Contratadas de Hedge/Swap (Cambial)	(27.698)	(31.299)	(32.199)	(33.099)
	(2.006.559)	(2.264.292)	(2.328.725)	(2.393.158)
Passivo Líquido Exposto	(1.350.181)	(1.552.585)	(1.565.685)	(1.608.786)
Efeito Líquido da Variação da SELIC	-	(172.404)	(215.504)	(258.605)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Ademais, tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A estrutura adotada para a gestão dos riscos da Cemig é matricial e descentralizada, porém com monitoramento centralizado, o que gera informações relevantes e com

visão sistêmica. Essa estrutura permite que os processos de gestão de riscos corporativos interajam com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

No aspecto operacional, a Cemig adota princípios rígidos e conservadores na gestão do fluxo de caixa, estabelecendo em seu Estatuto Social covenants financeiros, mais restritivos que os presentes nos contratos de dívida, e um valor de caixa mínimo para cada uma das empresas, estipulado em 5% do Lajida.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004 onde cada instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos além de análise de três agências de classificação de riscos financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos

que são revisados periodicamente ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

Risco quanto à Escassez de Energia

A energia vendida é substancialmente gerada por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação do volume dos mesmos e acarretar em aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica que incluem cláusula de renovação por mais 20 anos com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia quando do vencimento dos contratos de concessão, em fevereiro de 2016. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renová-las mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia têm o propósito de proteger as operações da Companhia contra os riscos decorrentes de variação cambial e de juros, e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do principal das operações com derivativos não são registrados no balanço patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos, registrados pelo valor justo. Os resultados líquidos destas operações representaram uma perda em 30 de junho de 2011 no montante de R\$12.657 (perda de R\$4.097 em 30 de junho de 2010), registrados no resultado financeiro. As contrapartes das operações de derivativos são o Banco Santander - ABN (contratos são de swap cambial) e o Banco do Brasil (contrato de swap de juros).

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros criado com o objetivo de monitorar os riscos financeiros relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros que afetam suas transações financeiras e as quais poderiam afetar negativamente sua liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva também a implementação de diretrizes para operação pró-ativa relativa ao ambiente de riscos financeiros ao implementar planos de ação.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pela Companhia em 30 de junho de 2011.

Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Perda não realizada				Efeito acumulado	
				Valor conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago		
				30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	30/06/2011		
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.742	US\$27.263	(51.909)	(69.366)	(53.404)	(70.565)	-	(27.366)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	-	6.539	-	(1.158)	-	-	-

Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em nossos consultores financeiros, estima que a taxa do CDI em 30 de junho de 2012 será de 13%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 30 de junho de 2011, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 30 de junho de 2012 seria de 16,25% e 19,5% respectivamente.

a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 30/06/2011 12,25%	Cenário Provável 13%	Cenário Possível 16,25%	Cenário Remoto 19,5%
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	27.698	31.299	32.199	33.099
Efeito Líquido da Variação do CDI		(3.601)	(4.501)	(5.401)
Risco - Alta do US\$				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	27.698	29.577	34.623	41.547
Efeito Líquido da Variação do US\$		(1.879)	(6.925)	(13.849)
Efeito Líquido		(1.722)	2.424	8.448

b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 30/06/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	674.880	693.600	712.320
Efeito Líquido da Variação do CDI		(74.880)	(93.600)	(112.320)
Risco - Taxa Fixa de Juros				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		(6.060)	(24.780)	(43.500)

22. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 30/06/2011	Valor justo em 30/06/2011		
		Mercado Ativo Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Certificados de Depósitos Bancários	647.553	-	647.553	-
Letras Financeiras do Tesouro	2.415	2.415	-	-
Letras do Tesouro Nacional	583	583	-	-
Depósitos Overnight	5.827	-	5.827	-
Passivos				
Contratos de Swaps	45.370	-	45.370	-

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo e as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em Reais.

23. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela da Companhia na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pela Companhia, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.

24. REAJUSTE TARIFÁRIO DA CEMIG DISTRIBUIÇÃO

Em 08 de abril de 2011, a ANEEL divulgou o resultado do Reajuste Tarifário da Companhia. Com isso, as tarifas da Companhia tiveram impactos diferenciados por nível de tensão, cujo impacto médio foi um aumento de 6,04% a partir daquela data.

DESEMPENHO ECONÔMICO – FINANCEIRO

(valores expressos em Milhares de Reais, exceto se indicados de outra forma)

Lucro do Período

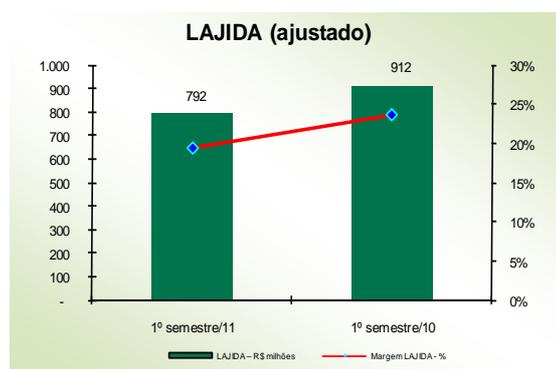
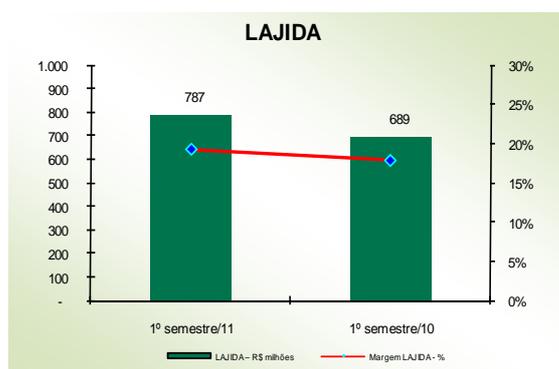
A Cemig Distribuição apresentou, no primeiro semestre de 2011, um Lucro Líquido de R\$313.467, em comparação ao Lucro Líquido de R\$257.899, no primeiro semestre de 2010, um aumento de 21,55%.

Ressaltam-se, como impactos negativos no Resultado do primeiro semestre de 2010, o acordo feito com a Rima Industrial S.A., impactando a despesa em R\$177.592 e reconhecimento de uma despesa de ICMS, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a Programa de Anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no primeiro semestre de 2011, apresentou um aumento de 14,26% na comparação com o mesmo período de 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma redução de 13,16%.

LAJIDA - R\$ mil	30/06/2011	30/06/2010	Var. %
Resultado do Período	313.467	257.899	21,55
+ Despesa de IR e Contribuição Social	161.906	127.330	27,15
+ Resultado Financeiro Líquido	122.425	116.260	5,30
+ Amortização	189.595	187.654	1,03
= LAJIDA	787.393	689.143	14,26
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.	-	177.592	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda	-	25.702	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	4.307	19.285	(77,67)
= LAJIDA AJUSTADO	791.700	911.722	(13,16)



O aumento do LAJIDA, no primeiro semestre de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se, principalmente, ao aumento de 5,56% na receita, excluídos os efeitos da receita de construção. Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 17,82%, no primeiro semestre de 2010, para 19,29%, no primeiro semestre de 2011.

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (incluindo Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos)

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$4.772.779, no primeiro semestre de 2011, em comparação a R\$4.631.368 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 3,05%.

No que se refere à venda para consumidores finais, os principais impactos na Receita no primeiro semestre de 2011, decorreram dos seguintes fatores:

- aumento de 6,02% na quantidade de energia elétrica fornecida a consumidores finais;
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores cativos de 1,67%, a partir de 8 de abril de 2010 (efeito integral no primeiro semestre de 2011);
- reajuste tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;

Quantidade de Energia Vendida a Consumidores Finais (MWh) (Informações não revisadas pelos auditores independentes)

Consumo por Classe	MWh		
	30/06/2011	30/06/2010	Var %
Residencial	4.268.700	4.044.616	5,54
Industrial	2.414.026	2.272.619	6,22
Comércio, Serviços e Outros	2.614.405	2.424.449	7,84
Rural	1.141.364	1.106.170	3,18
Poder Público	402.198	376.221	6,90
Iluminação Pública	578.224	531.386	8,81
Serviço Público	565.999	548.738	3,15
Total	11.984.916	11.304.199	6,02

As classes mais representativas, residencial, industrial e comercial apresentaram aumentos de 5,54%, 6,22% e 7,84%, respectivamente. Os aumentos nas classes residencial e comercial decorrem, principalmente, do aumento da quantidade de consumidores, que cresceu 2,55% e 7,51% nessa ordem.

Receita de Uso da Rede - Consumidores Livres

Essa Receita refere-se à TUSD, advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. No primeiro semestre de 2011, a Receita foi de R\$893.198 comparada a R\$760.941 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 17,38%. Esta variação decorre principalmente do aumento de 6,72% no volume transportado em decorrência, principalmente, da migração de consumidores cativos para consumidores livres.

Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

Os impostos e encargos sobre a Receita foram de R\$2.202.051, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$2.034.656 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 8,23%. As principais variações nas deduções à Receita são:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos referentes à CCC foram de R\$263.943, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$192.034 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 37,45%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos referentes à CDE foram de R\$196.047, no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$170.210 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 15,18%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se principalmente a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (incluindo o Custo de Construção e excluindo o Resultado Financeiro) foram de R\$3.484.593 no primeiro semestre de 2011 comparados a R\$3.365.846, no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 3,53%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento na energia comprada para revenda e do aumento no custo de construção, parcialmente compensado pela redução nas provisões operacionais, decorrente do reconhecimento, no primeiro semestre de 2010, do montante de R\$177.592, em função de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$1.463.718, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$1.260.373, no primeiro semestre de

2010, representando um aumento de 16,13%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento de 23,42% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo. Esta exposição financeira ao mercado de curto prazo foi de R\$143.195, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$71.484 no primeiro semestre de 2010, o que representou um aumento de 100,32%, que foi, parcialmente, compensado pela redução de 10,14% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$367.397 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$408.867 no primeiro semestre de 2010, em decorrência, principalmente, da valorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2011, comparada a uma desvalorização no primeiro semestre de 2010. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2011, uma desvalorização de 6,31% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, uma valorização de 3,46%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$572.165, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$470.080, no primeiro semestre de 2010, uma aumento de 21,72%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$63.126, no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$233.947, no primeiro semestre de 2010, uma redução de 73,02%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no montante de R\$177.592, provisionados em maio de 2010.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$315.870 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$266.528 no primeiro semestre de 2010, representando um aumento de 18,51%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, conservação e limpeza e leitura de medidores e entrega de faturas de energia.

O detalhamento dos serviços de terceiros está demonstrado na Nota Explicativa nº 18 às Informações Trimestrais.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$369.290 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$388.212 no primeiro semestre de 2010, representando uma redução de 4,87%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com o Plano de Desligamento Voluntário - PDV, reconhecida no primeiro semestre de 2010, no montante de R\$19.285. Demais variações decorrem da redução de 6,00% na quantidade de empregados, 7.136 em junho de 2010 na comparação com 6.708 em junho de 2011, em contrapartida ao reajuste salarial médio de 7% em novembro de 2010, devido ao Acordo Coletivo 2010/2011.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$20.043 no primeiro semestre de 2011, comparados a R\$58.525 no primeiro semestre de 2010, representando uma redução de 65,75%. Este resultado decorre, substancialmente, do ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor de R\$15.746.

Resultado Financeiro Líquido

O Resultado Financeiro, no primeiro semestre de 2011, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$122.425, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$116.260 no primeiro semestre de 2010. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Aumento na despesa de Encargos de Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional, R\$137.643, em 2011, comparados a R\$114.567 em 2010. Este aumento decorre, principalmente, da maior variação do CDI, principal indexador dos contratos de empréstimos e financiamentos, em 2011 na comparação com 2010 em função do processo de aumento da taxa SELIC ocorrida neste ano.;
- Ganhos líquidos com variações cambiais, no primeiro semestre de 2011, no montante de R\$596, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a Instrumentos Financeiros, comparados a perdas líquidas de R\$12.279, no primeiro semestre de 2010, advindos basicamente de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao Dólar norte-americano. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar no primeiro semestre de 2011, comparada a uma desvalorização no primeiro semestre de 2010. O Dólar apresentou, no primeiro semestre de 2011, uma desvalorização de 6,31% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, uma valorização de 3,46%.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 19 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no primeiro semestre de 2011, Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$161.906 em relação ao lucro de R\$475.373, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 34,06%. No primeiro semestre de 2010, a Companhia apurou Despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$127.330 em relação ao lucro de R\$385.229, antes dos efeitos fiscais, representando um percentual de 33,05%. As taxas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 6 das Informações Trimestrais.

Conciliação do lucro líquido com o lucro líquido regulatório

A conciliação do Lucro líquido de acordo com as novas práticas contábeis e o lucro líquido regulatório, que determina o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios, é como segue:

	30/06/2011
Lucro líquido acumulado até Período	313.467
Despesas Antecipadas e Passivos regulatórios - CVA (*)	(76.879)
Demais Componentes Regulatórios (**)	(84.307)
Efeitos Tributários sobre Ativos e Passivos Regulatórios	65.079
Lucro líquido Regulatório acumulado até Período	217.360

(*) Conta de Compensação de variação de itens da Parcela A – CVA

(**) referem-se Subvenção Baixa Renda, Descontos Concedidos diversos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEGUNDOS TRIMESTRES DE 2011 E 2010

	Segundo Trim/2011	Segundo Trim/2010	Var. %
RECEITA	2.137.688	2.007.052	5,45
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal	(179.979)	(190.684)	(5,61)
Participação de Empregados e Administradores no Resultado	(3.333)	(30.247)	(88,98)
Obrigações Pós-emprego FORLUZ	(21.832)	(18.485)	18,11
Materiais	(20.863)	(22.702)	(8,10)
Serviços de Terceiros	(170.680)	(144.217)	18,35
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(706.337)	(651.266)	8,46
Amortização	(95.191)	(94.333)	0,91
Provisões Operacionais	(44.127)	(219.594)	(79,91)
Custo de Construção	(353.143)	(256.818)	37,51
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(163.565)	(156.618)	4,44
Outras Despesas Líquidas	(74.388)	(75.608)	(1,61)
	(1.833.438)	(1.860.572)	(1,46)
Resultado antes do Resultado Financeiro	304.250	146.480	107,71
Resultado Financeiro Líquido	(48.768)	(67.346)	(27,59)
Resultado antes dos Impostos	255.482	79.134	222,85
Imposto de Renda e Contribuição Social	(131.369)	(31.004)	323,72
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	45.755	27.434	66,78
Resultado do Período	169.868	75.564	124,80
Resultado Básico por ação preferencial e ordinária	0,0751	0,0334	
Resultado Diluído por ação preferencial e ordinária	0,0751	0,0334	

Lucro do Trimestre

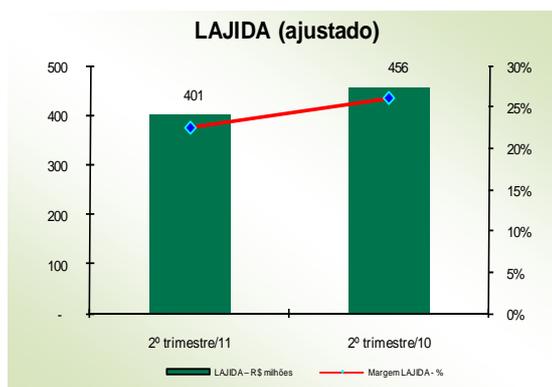
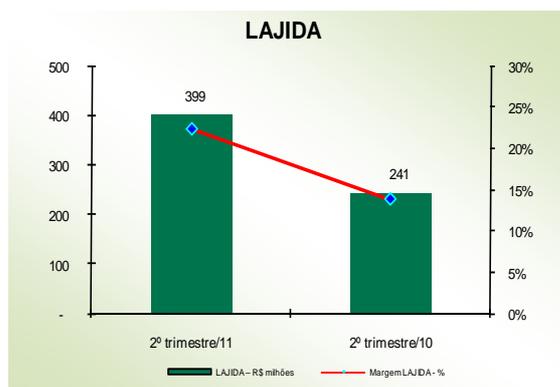
A Cemig Distribuição apresentou, no segundo trimestre de 2011, um Lucro de R\$169.868, em comparação ao Lucro de R\$75.564 no segundo trimestre de 2010, com aumento de 124,80% entre os períodos comparados.

Ressaltam-se, como efeitos negativos não recorrentes no Resultado do segundo trimestre de 2010, o acordo feito com a Rima Industrial S.A., impactando a despesa em R\$177.592 e reconhecimento de uma despesa de ICMS, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a Programa de Anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.

LAJIDA (metodologia de cálculo não revisada pelos auditores independentes)

O LAJIDA da Cemig Distribuição, no segundo trimestre de 2011, apresentou um aumento de 65,87% na comparação com o mesmo período de 2010. Ajustado aos itens não recorrentes, o LAJIDA apresentou uma redução de 11,99%.

LAJIDA - R\$ mil	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var %
Resultado do Período	169.868	75.564	124,80
+ Despesa de IR e Contribuição Social	85.614	3.570	2.298,15
+ Resultado Financeiro Líquido	48.768	67.346	(27,59)
+ Amortização	95.191	94.333	0,91
= LAJIDA	399.441	240.813	65,87
Itens não recorrentes:			
+ Acordo Rima Industrial S.A.		177.592	-
+ ICMS consumidor Baixa Renda		25.702	-
+ Programa de Desligamento Voluntário – PDV/PPD	1.707	11.677	(85,38)
= LAJIDA AJUSTADO	401.148	455.784	(11,99)



O aumento do LAJIDA, no segundo trimestre de 2011, em comparação ao mesmo período de 2010, deve-se, principalmente, à redução de 8,24% dos Custos e Despesas Operacionais, excluídos os efeitos do Custo de Construção. Em linha com o aumento do LAJIDA, a margem do LAJIDA passou de 12,00%, no segundo trimestre de 2010, para 18,69%, no segundo trimestre de 2011.

A redução dos Custos e Despesas Operacionais verificada no segundo trimestre de 2011 deve-se, principalmente, aos ajustes não recorrentes realizados no segundo trimestre de 2010, conforme segue:

- Reconhecimento de uma Despesa, no montante de R\$177.592, decorrente de acordo referente à ação ajuizada pela RIMA Industrial S.A., relativa ao ressarcimento do aumento de tarifa introduzido pelo DNAEE durante o Plano Cruzado.
- Reconhecimento de Despesa com ICMS referente subvenção de desconto na tarifa de consumidor de baixa renda de baixa renda, no montante de R\$25.702, em decorrência de adesão a programa de anistia implementado pelo Governo do Estado de Minas Gerais.
- Registro de provisão no valor de R\$11.677, referente ao Programa de Desligamento Voluntário implementado pela Companhia.

Ajustada aos itens não recorrentes, a margem do LAJIDA acompanha a redução do LAJIDA, passando de 22,71% no segundo trimestre de 2010 para 18,77% no segundo trimestre de 2011.

Receita

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

Receita	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica e Receita de Uso da Rede – Consumidores Cativos	2.445.964	2.327.705
Receita de Uso da Rede – Consumidores Livres	445.857	430.794
Receita de Construção	353.143	256.818
Outras Receitas Operacionais	23.657	19.724
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas Acima	(1.130.933)	(1.027.989)
Receita Total	2.137.688	2.007.052

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

	MWh (*)			R\$		
	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
Residencial	2.085.684	2.009.502	3,79	1.042.668	972.818	7,18
Industrial	1.186.984	1.160.467	2,29	405.096	420.046	(3,56)
Comércio, Serviços e Outros	1.289.899	1.187.752	8,60	558.619	531.584	5,09
Rural	608.224	604.722	0,58	163.320	153.333	6,51
Poder Público	207.368	197.410	5,04	86.271	85.330	1,10
Iluminação Pública	299.293	266.131	12,46	78.621	69.136	13,72
Serviço Público	282.748	274.904	2,85	80.898	80.625	0,34
Subtotal	5.960.200	5.700.888	4,55	2.415.493	2.312.872	4,44
Consumo Próprio	8.856	9.282	(4,59)	-	-	-
Subvenção para Consumidores de Baixa Renda	-	-	-	22.384	33.838	(33,85)
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	-	8.087	(15.306)	-
	5.969.056	5.710.170	4,53	2.445.964	2.331.404	4,91
Transações com Energia na CCEE (**)	43.953	654.191	(93,28)	-	(3.699)	-
	6.013.009	6.364.361	(5,52)	2.445.964	2.327.705	5,08

(*) Informações em MWh não revisadas pelos auditores independentes.

(**) Valores em MWh informados pelo líquido da compra e venda.

A Receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$2.445.964 no segundo trimestre de 2011, em comparação a R\$2.327.705, no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 5,08%.

Os principais impactos na Receita de 2011 decorreram dos seguintes fatores:

- Reajuste Tarifário com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,24%, a partir de 8 de abril de 2011;
- Aumento de 4,55% no volume de energia faturada a consumidores finais (excluindo consumo próprio).

Receita de Uso da Rede

Esta receita refere-se à TUSD, advinda dos Encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida, principalmente, pela Cemig Geração e Transmissão e apresentou um aumento de 3,50% nos trimestres comparados (R\$445.857, no segundo trimestre de 2011, em comparação a R\$430.794 no segundo trimestre de 2010). Esta variação decorre principalmente do aumento no volume transportado em decorrência da migração de consumidores cativos para consumidores livres.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var %
Impostos sobre a Receita:			
ICMS	576.996	545.973	5,68
COFINS	226.039	203.185	11,25
PIS-PASEP	49.075	53.071	(7,53)
ISSQN	217	126	72,22
	852.327	802.355	6,23
Encargos do Consumidor:			
Reserva Global de Reversão - RGR	16.694	10.105	65,21
Programa de Eficiência Energética - PEE	8.293	9.241	(10,26)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	98.023	85.055	15,25
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	142.316	106.447	33,70
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	3.317	3.696	(10,25)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	3.317	3.696	(10,25)
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	1.659	1.849	(10,28)
Encargos Adicionais Lei 12.111/09	4.987	5.545	(10,06)
	278.606	225.634	23,48
	1.130.933	1.027.989	10,01

As principais variações nos impostos e encargos sobre a Receita são como segue:

Conta de Consumo de Combustível - CCC

Os encargos, referentes à CCC foram de R\$142.316, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$106.447 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 33,70%. Refere-se aos Custos de operação das Usinas Térmicas dos sistemas

interligado e isolado brasileiro rateados, proporcionalmente ao mercado atendido, entre os concessionários de energia elétrica por meio de Resolução da ANEEL. Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Os encargos, referentes à CDE, foram de R\$98.023, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$85.055 no segundo trimestre de 2010, um aumento de 15,25%. Os pagamentos são definidos por meio de Resolução da ANEEL. Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Os demais impostos e encargos com impactos mais relevantes, referem-se principalmente a impostos calculados com base em percentual do faturamento. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, da evolução da Receita.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro) foram de R\$1.833.438, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$1.860.572 no segundo trimestre de 2010, representando uma redução de 1,46%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento na energia comprada para revenda e do aumento no custo de construção, parcialmente compensado pela redução nas provisões operacionais, decorrente do reconhecimento, no segundo trimestre de 2010, do montante de R\$177.592, em função de acordo com Grande Consumidor Industrial conforme comentado a seguir. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais, vide Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$706.337, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$651.266, no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 8,46%. Este resultado decorre do aumento de 6,36% na energia adquirida em ambiente regulado através de Leilão, como forma de minimizar os riscos às exposições financeiras ao mercado de curto prazo. Esta exposição financeira ao mercado de curto prazo foi de R\$81.693, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$39.059 no segundo trimestre de 2010, o que representou um aumento de 109,15%, que foi, parcialmente, compensado pela redução de 11,09% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$179.845 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$202.278 no segundo trimestre de 2010, em decorrência, principalmente, da valorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2011, comparada a uma desvalorização no segundo trimestre de 2010. O Dólar apresentou, no segundo trimestre de 2011, uma

desvalorização de 4,15% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, uma valorização de 1,15%.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente. Vide mais informações na Nota Explicativa nº 18 das Informações Trimestrais.

Custo de Construção

Os Custos de Construção foram de R\$353.143, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$256.818, no segundo trimestre de 2010, uma aumento de 37,51%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$44.127, no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$219.594, no segundo trimestre de 2010, uma redução de 79,91%. Esta variação decorre principalmente da celebração de acordo para encerrar Processo Judicial com consumidor industrial referente ao reajuste tarifário determinado pela portaria DNAEE 045/86, no montante de R\$177.592, provisionados em maio de 2010.

Serviços de terceiros

A despesa com serviços de terceiros foi de R\$170.680 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$144.217 no segundo trimestre de 2010, representando um aumento de 18,35%. As principais variações decorrem do maior volume de serviços de comunicação, conservação e limpeza e leitura de medidores e entrega de faturas de energia.

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$179.979 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$190.684 no segundo trimestre de 2010, representando uma redução de 5,61%. Este resultado decorre, substancialmente, da Despesa com o Plano de Desligamento Voluntário - PDV, reconhecida no segundo trimestre de 2010, no montante de R\$19.285. Demais variações decorrem da redução de 6,00% na quantidade de empregados, 7.136 em junho de 2010 na comparação com 6.708 em junho de 2011, em contrapartida ao reajuste salarial médio de 7% em novembro de 2010, devido ao Acordo Coletivo 2010/2011.

Participação de Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação de Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$3.333 no segundo trimestre de 2011, comparados a R\$30.247 no segundo trimestre de 2010, representando uma redução de 88,98%. Este resultado decorre,

substancialmente, do ajuste em 2011 do valor provisionado no ano anterior de participação nos resultados, no valor credor de R\$15.746.

Resultado Financeiro Líquido

	Segundo Trim/11	Segundo Trim/10	Var. %
RECEITAS FINANCEIRAS			
Renda de Aplicação Financeira	18.463	12.095	52,65
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	32.069	29.176	9,92
Variações Cambiais	10.258	1.236	729,94
Ganhos com Instrumentos Financeiros	52.175	-	-
Outras	13.940	21.231	(34,34)
	126.905	63.738	99,10
DESPESAS FINANCEIRAS			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(70.040)	(62.278)	12,46
Encargos de Variação Monetária - FORLUZ	(21.984)	(19.422)	13,19
Variações Cambiais	(1.975)	(4.130)	(52,18)
Variação Monetária - Empréstimos e Financiamentos	(11.438)	(14.776)	(22,59)
Perdas com Instrumentos Financeiros	(55.592)	(3.275)	1.597,47
Variação Monetária P&D e PEE	(6.450)	(5.703)	13,10
Outras	(8.194)	(21.500)	(61,89)
	(175.673)	(131.084)	34,02
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(48.768)	(67.346)	(27,59)

O Resultado Financeiro, no segundo trimestre de 2011, foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$48.768, comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$67.346 no segundo trimestre de 2010. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- Ganhos líquidos com variações cambiais, no segundo trimestre de 2011, no montante de R\$4.866, líquidos dos efeitos compensatórios referentes a Instrumentos Financeiros, comparados às perdas líquidas de R\$6.169, no segundo trimestre de 2010, advindos basicamente de Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira, indexados ao Dólar norte-americano. Este resultado decorre principalmente da valorização do Real frente ao Dólar no segundo trimestre de 2011, comparada a uma desvalorização no segundo trimestre de 2010. O Dólar apresentou, no segundo trimestre de 2011, uma desvalorização de 4,15% frente ao Real e, no mesmo período de 2010, uma valorização de 1,15%.

Vide a composição das receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 19 das Informações Trimestrais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

A Cemig Distribuição apurou, no segundo trimestre de 2011, despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$85.614 em relação ao lucro de R\$255.482, antes dos efeitos fiscais, um percentual de 33,51%. No segundo trimestre de 2010, a despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social foi no montante de R\$3.570 em relação ao lucro de R\$79.134, um percentual de 4,51%. Esta diferença entre as alíquotas efetivas de impostos nos períodos comparados decorre da destinação de 2010 de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$51.878, cujo benefício fiscal foi de R\$17.638.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Conselheiros e Acionistas da
Cemig Distribuição S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Cemig Distribuição S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase

Conforme mencionado na Nota explicativa no. 12, a Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusula de compromisso financeiro (“covenants”) que não estava atendida na data base 30 de junho de 2011. A Administração da Companhia obteve os consentimentos (“waivers”) de todos os credores somente após 30 de junho de 2011, razão pela qual, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), reclassificou o montante de R\$1.265 milhões do passivo não circulante para o passivo circulante em 30 de junho de 2011. Após obtenção dos waivers, tais passivos financeiros voltaram a ser classificados como passivo não circulante. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a este assunto.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6-F-MG

Marco Túlio Fernandes Ferreira
Contador CRCMG058176/O-0